Temas de Direito e Saúde

Temas de Direito e Saúde

Adriano Marteleto Godinho
Ana Paula Correia de Albuquerque da Costa
Tiago Cappi Janini
Organizadores

EDITORA MERAKI
2022

Copyright © 2022 Editora Meraki Ltda.
Todos os direitos reservados.
ISBN: 978-65-990775-62

Acompanhamento editorial Leonam Liziero
Direção de arte Brenda Santos

Editora Meraki
Conselho Editorial
Alexandre Walmott Borges (UFU)
Alessandra Silveira (UMinho)
Ari Marcelo Solon (USP)
Dawid Bunikowski (UEF)
Diva Julia Safe Coelho (PNPD-CAPES/UFU)
Felipe Magalhães Bambirra (UniALFA)
Gonçal Mayos (UB)
José Carlos Remotti (UAB)
Osvaldo Alves de Castro Filho (UFMS)
Saulo Pinto Coelho (UFG)

G585 Godinho, Adriano Marteleto et al
Direito e Saúde/ Adriano Marteleto Godinho, Ana Paula Correia de Albuquerque da Costa; Tiago Cappi Janini. (org,) Andradina: Meraki, 2022
Bibliografia
ISBN 978-65-990775-62
1. Direito e Saúde 2. Pandemia
1. Título
CDU – 349:614 CDD – 342.04:614

Reservados todos os direitos desta obra.
Proibida toda e qualquer reprodução desta edição por qualquer meio ou forma sem a permissão expressa do autor.

Sumário

Autores 7

COVID-19 e vacinação prioritária de pessoas com deficiência no Brasil: uma análise à luz dos direitos humanos 9

Flávia Albaine Farias da Costa

Controle judicial dos atos administrativos na pandemia: o conflito entre o direito à saúde e o direito à livre iniciativa 32

Amanda Silva Mamede e Erick Hitoshi Guimarães Makiya

A sustentabilidade como instrumento para a concretização do direto à saúde 55

Tiago Cappi Janini e Fabiana Mancilha Bernardes

Planejamento familiar e reprodução humana assistida 74

Maria Isabely Silva de Medeiros Leal, Lucas Victtor de Carvalho, Clara Ellis Adeilde M. Figueredo e Ana Paula Correia de Albuquerque da Costa

Autores

Amanda Silva Mamede
Pós-graduanda em Direitos Difusos e Coletivos pela Faculdade Complexo de Ensino Renato Saraiva (CERS). Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: amanda_mamede@hotmail.com

Ana Paula Correia de Albuquerque da Costa
Mestra e Doutora em Ciências Jurídicas pela UFPB, professora adjunta na UFPB. E-mail: anapaula.costa@ccadv.com.br

Clara Ellis Adeilde Martins Figueredo
Acadêmica de direito na UFPB. E-mail: claraellis29@gmail.com

Erick Hitoshi Guimarães Makiya
Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pós-Graduando LL.M. em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Graduado MBA em Contabilidade e Gestão Tributária pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Advogado. E-mail: erickhitoshi@live.com

Fabiana Mancilha Bernardes
Mestranda em Direito, com ênfase na Concretização dos Direitos Sociais, Difusos e Coletivos no Programa de Mestrado em Direito do Centro Universitário Salesiano de São Paulo - U.E. Lorena (UNISAL). Membro dos grupos de pesquisa 'Direito, Meio Ambiente e Políticas Públicas' e 'Minorias, Vulnerabilidade e Tutela dos Direitos Individuais e Coletivos' do UNISAL. Bacharela em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo - U.E. Lorena (UNISAL). Advogada.

Flávia Albaine Farias da Costa
Defensora Pública do Estado de Rondônia. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especialista em Direito Privado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestra em Direitos Humanos e Acesso à Justiça pela Universidade Federal de Rondônia com pesquisa no tema sobre atuação estratégica da Defensoria Pública em prol da inclusão social de pessoas com deficiência. Membra da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos. Colunista de Direitos Inclusivos da Revista Cenário Minas. Professora das disciplinas direitos dos idosos e direitos das pessoas com deficiência em cursos preparatórios pata ingresso na carreira da Defensoria Pública. Fundadora e coordenadora do Projeto Juntos pela Inclusão Social em prol das pessoas com deficiência e das pessoas idosas. Coautora de livros sobre os direitos das pessoas com deficiência. Palestrante. Autora de artigos acadêmicos e artigos de educação em direitos sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Lucas Victtor de Carvalho
Acadêmico de direito na UFPB, acadêmico de história na Estácio de Sá. E-mail: victtor1@hotmail.com

Maria Isabely Silva de Medeiros Leal
Graduanda em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: mariaisabelymleal@gmail.com

Tiago Cappi Janini
Coordenador e professor no programa de Mestrado Acadêmico em Direito no Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), Unidade Educacional de Lorena. Mestre e Doutor em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Estágio de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES) na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

COVID-19 e vacinação prioritária de pessoas com deficiência no Brasil: uma análise à luz dos direitos humanos

Flávia Albaine Farias da Costa

1 Introdução

As pessoas com deficiência têm sido historicamente discriminadas pela sociedade, inclusive no que se refere ao direito à igualdade de acesso à saúde. Tal fato se faz presente no contexto da pandemia causada pela Covid-19, em que o estigma prejudica o acesso igualitário aos cuidados de prevenção e tratamento, o que poderia ser evitado pela observância das normas internacionais de direitos humanos[1].

A pandemia Covid-19 levantou uma série de preocupações de direitos humanos significativas para as pessoas com deficiência. Tais fatos foram objeto de identificações e de preocupações pelo Relator Especial das Organizações das Nações Unidas (ONU) sobre os direitos das pessoas com deficiência, especialistas em Direitos Humanos da ONU, o Secretário-Geral da ONU, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o Grupo de Desenvolvimento Sustentável da ONU, a Organização Mundial de Saúde (OMS), dentre outros órgãos e entidades de Direitos Humanos[2].

---

[1] HAQUE; STEIN (2020).
[2] AUSTRALIAN HUMAN RIGHTS COMISSION (2020).

Dentro de tal contexto, a ONU emitiu relatórios se posicionando no sentido de que enquanto a pandemia ameaça todos os membros da sociedade, as pessoas com deficiência são desproporcionalmente impactadas devido a barreiras atitudinais, ambientais e institucionais que são reproduzidas na resposta à Covid-19[3].

Alguns desses impactos relatados pela ONU foram detectados em diversos direitos das pessoas com deficiência. No direito ao trabalho, a dificuldade se deu diante da falta de equipamento de apoio existente nos locais de trabalho, mas que não foram levados para as residências das pessoas com deficiência em home office. No direito à educação, houve ausência de suportes para os alunos com deficiência seguirem os estudos on-line, o que se deu em decorrência da ausência de equipamentos necessários, acesso à internet e materiais acessíveis. Como resultado, muitos alunos com deficiência foram deixados para trás, especialmente os alunos com deficiências intelectuais[4].

Também é preciso chamar atenção para a proteção contra o maior risco de violência contra as pessoas com deficiência decorrente do isolamento social, eis que os acessos aos serviços on-line de denúncia geralmente não incluem acessibilidade. Em casos de isolamento social, especialmente as mulheres com deficiência experimentam níveis mais elevados de violência do que os homens com deficiência. Já o direito à informação também foi violado diante da ausência de acessibilidade digital em algumas campanhas de combate e prevenção da Covid-19.[5]

Especificamente no que se refere ao direito à saúde, as violações aos direitos humanos das pessoas com deficiência ocorreram

[3] Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. (2020).
[4] Idem
[5] Idem